

**A interação paisagem/jardim na educação do olhar e na conservação do patrimônio****Ana Rita SÁ CARNEIRO\***

**Resumo:** Pensar a paisagem deve ser o princípio básico da concepção do projeto paisagístico. Isso se evidencia nos depoimentos do paisagista Roberto Burle Marx sobre os jardins do Recife, na década de 1930. Apesar da expressividade de sua obra no Brasil e no exterior, esse conhecimento paisagístico foi pouco assimilado nas escolas brasileiras de arquitetura para uma educação do olhar paisagístico. Notam-se avanços teóricos e técnicos na restauração de jardins históricos, e na inclusão da paisagem cultural carioca como patrimônio da humanidade. Mas, o desafio está na conservação desse patrimônio. Apesar de o jardim histórico, como um tipo de paisagem cultural, se aproximar mais da tradição brasileira, sua apropriação e, conseqüentemente, sua conservação ainda é precária no âmbito do planejamento urbano. Portanto, há necessidade de aproximar mais a teoria da paisagem à concepção do projeto paisagístico e à prática da restauração dos jardins históricos no desafio da conservação do patrimônio.

**Palavras-chave:** Paisagem. Jardim. Conservação. Patrimônio.

**The landscape/garden interaction for the look education and heritage conservation**

**Abstract:** Thinking the landscape should be the basic principle of landscape design. This is evidenced in the testimonies of landscape architect Roberto Burle Marx on the gardens of Recife in the 1930s. Despite the expressiveness of his work in Brazil and abroad, this landscape knowledge was little assimilated in Brazilian architecture schools for and education of the landscape look. It is possible to notice theoretical and technical advances in the restoration of historic gardens and in the inclusion of the cultural landscape of Rio de Janeiro as heritage of humanity. But the challenge lies in conserving this heritage. Although the historic garden, as a type of cultural landscape, is closer to the Brazilian tradition, its appropriation and, consequently, its conservation is still precarious in the scope of urban planning. Therefore, there is a need to bring landscape theory closer to the landscape design and to the practice of restoring historic gardens in the challenge of heritage conservation.

---

\* Professora Doutora – Curso de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano - Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil. Centro de Artes e Comunicação, Av. da Arquitetura s/n, Cidade Universitária, CEP 50740-550. Recife – PE. e-mail: anaritacarneiro@hotmail.com

**Keywords:** Landscape. Garden. Conservation. Heritage.

## 1 Introdução

No mês de maio de 2013, a Conferência “*Landscape and Imagination: Towards a new baseline for education in a changing world*” realizada em Paris e coordenada pela UNISCAPE, que acolhe uma rede de universidades voltadas para a Convenção Europeia da Paisagem, reuniu profissionais de mais de 30 países. O objetivo da Conferência priorizou a formação dos futuros profissionais como o meio mais concreto de **instruir e educar o olhar paisagístico para desenvolver a consciência paisagística** nesse mundo de mudanças. Entre os convidados da sessão de abertura estava o geógrafo Augustin Berque, um dos mentores do novo aporte de filosofia da paisagem que localiza o cerne do debate na noção de paisagem.

O conteúdo elegeu seis subtemas para o debate: **epistemologia, história, arte, processo, ciência e governança**. No subtema ‘epistemologia’ as questões colocadas partiram de conceitos de paisagem de várias procedências, incluindo o adotado pela Convenção Europeia da Paisagem (2000). O subtema ‘arte’ discutiu o potencial papel da representação de paisagem – pintura como obra de arte – para o ensino. Os ‘processos’ se voltaram para as experiências de ensino com a inclusão da interpretação de paisagem. Uma das conclusões identificou que a consciência do valor social da paisagem é crucial para um adequado direcionamento de intervenções que almeje a proteção da paisagem, o que é um grande desafio para a educação do profissional/projetista e do usuário. Esses subtemas procuravam atrelar teoria e prática valorizando a história e a arte, assim como a investigação e a técnica, portanto, em campos disciplinares que elencam o meio ambiente, a arte e a filosofia. E a paisagem é tratada como uma intermediação com a sociedade em mudança. A pergunta geral lançada aos participantes foi **de que maneira a educação pode ser direcionada para responder com propriedade às digressões na paisagem provenientes das mudanças no planeta?**

Pelo exposto, constata-se a necessidade universal de educar o *olhar paisagístico* como parte da formação profissional na academia, em instituições de planejamento e gestão do patrimônio com a finalidade de despertar o *pensamento paisagístico*, ou seja, um compromisso com a paisagem. Esse seria o caminho preparatório para a tomada de consciência da paisagem com o intuito de alimentar a conservação do patrimônio entendido como herança histórica do passado. Nossa contribuição, inserida no item **processo**<sup>1</sup>, consistiu em demonstrar que a restauração dos jardins de Burle Marx na cidade do Recife entre 2003 e 2010, contando com a participação efetiva do Laboratório da Paisagem da

Universidade Federal de Pernambuco junto à Prefeitura do Recife, contribuiu para a inclusão da disciplina de Paisagismo em todos os semestres do curso de Arquitetura e Urbanismo, por ocasião da reforma pedagógica do ano de 2010. Esta inclusão exigiria, incondicionalmente, o início de um processo de tomada de consciência sobre os conceitos que nos aproximam da paisagem dentro do próprio Curso de Arquitetura.

Na visão de Santos, “[...] pensar a paisagem significa estar consciente da multiplicidade do olhar, da complexidade dos sistemas naturais que a definem, mas, sobretudo, actualmente, da evolução das sociedades e do mundo.” (2012, p. 301). Ao enfatizar a multiplicidade do olhar, acreditamos que o autor traz à tona as diversas disciplinas que a paisagem abraça, do ponto de vista ecológico, arquitetônico, histórico, geográfico, filosófico e artístico. Por isso é preciso, antes, compreender o que significa educar o olhar, é preciso exercitar a percepção que implica ler e interpretar a paisagem e definir os passos dessa leitura buscando a aproximação do ‘sentir paisagem’ para se posicionar em sua função e passar, entre os arquitetos, a ‘projetar paisagem’.

Ao lado do material da Conferência, nossas reflexões foram estimuladas pelo conteúdo de quatro livros produzidos pelo projeto denominado “Filosofia e Arquitectura da Paisagem” coordenado pela pesquisadora do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Profa. Adriana Veríssimo Serrão, em parceria com o Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista Prof. Caldeira Cabral, e desenvolvido entre 2008 e 2013. Esses livros acolhem textos dos seguintes autores que constam neste artigo: Georg Simmel, Augustin Berque, Alain Roger, Sebastião Santos e Arnold Berleant. Por outro lado, a abordagem técnica apoiou-se nas convenções e cartas patrimoniais internacionais e nacionais.

## **2 Um pouco da teoria da Paisagem**

A paisagem como categoria de pensamento foi exposta, inicialmente, pelo filósofo Georg Simmel em seu ensaio “Filosofia da Paisagem”, de 1913, como uma derivação da natureza (SERRÃO, 2011). Para ele, a compreensão de paisagem acontece quando, ao observar a natureza – entendida como “[...] a infinita conexão das coisas, a ininterrupta procriação e aniquilação de formas, a unidade fluente do acontecer que se expressa na continuidade da existência temporal e espacial.” –, se realiza uma delimitação momentânea ou duradoura como “unidade-autossuficiente”, mas que é ao mesmo tempo intuição e também sentimento, pois nasce do espírito (SIMMEL, 2011, p. 42). A unidade individualizada ‘paisagem’ sucede a partir de um movimento de “seleção e recomposição”, deslocamento e acolhimento, que pode ser interpretado como um ato criativo. Essa

condição de delimitar a natureza é semelhante ao ato artístico do exercício da pintura, a um enquadramento cujo conteúdo é uma decodificação do meio ambiente natural, diz ele, denominando de “unidade visível da paisagem” (SIMMEL, 2011, p. 42). Porém, ressalta a contradição gerada diante da consideração de seccioná-la, pois a natureza é uma unidade indivisível. No pensamento de Simmel, a impressão de paisagem compreende uma unidade peculiar, mas que tem caráter universal, pois não se limita ao que se apresenta; a imagem ou composição é moldada pela imaginação, pelo olhar particular de cada indivíduo. Na interpretação de Serrão, referindo-se a Simmel:

Foi primeiramente necessário que a percepção se acomodasse ao isolamento dos particulares e ao respectivo tratamento de cada um de *per si*, para que depois os voltasse a ligar em unidades coerentes que transcendem a sua simples soma. Na percepção de cada paisagem ocorre uma visão unitária e homogênea, que em vez de uma colagem das partes produz espontaneamente uma autêntica reunificação que insufla vida e imprime consonância ao que fora previamente retalhado. (SERRÃO, 2012, p. 318).

É uma constatação de sentido advindo da sensibilidade diante de um estímulo que gera a composição de uma unidade autêntica e individualizada proporcionada por uma experiência única do ser com o mundo. Essa experiência permite o movimento do singular referindo-se a determinados estímulos componentes, ou seja, da sensação de retalhar para o universal, a ideia, ampliando-se para a compreensão do infinito que é a natureza. Pelo que foi dito, admite-se que essa unidade paisagística seja originada da percepção individual gerando uma educação do olhar/sentir que alimenta o pensamento paisagístico.

Além disso, como categoria de pensamento, a paisagem é muitas vezes atribuída a algo descolado do ser humano. Ao passo que para os orientais a paisagem é intrínseca à sua condição de ser, por uma relação mais espiritual e ecológica com a natureza, com a terra, com o cultivo; para os ocidentais, a origem da paisagem está na pintura de paisagem, fora do ser, como objeto visual. Berleant explica o caráter subjetivo da paisagem considerando sua condição objetiva em relação ao ambiente, como parte da natureza:

[...] cada paisagem é um artefacto humano. Seja ela enquadrada por uma câmara, cultivada como uma quinta, conservada como uma reserva natural, ou preservada, como se diz, em estado selvagem, cada paisagem é identificada e escolhida pelos humanos e incorpora-se e mostra os efeitos da ação humana. (BERLEANT, 2012, p. 349).

Isso significa que a paisagem é uma criação humana, do ser para o mundo e do mundo para o ser como uma troca, uma maturação espiritual e física. Para Augustin Berque

a paisagem é uma mediação, uma relação conduzida pela *mediança*, assim entendida como a intenção de paisagem, a relação da sociedade com seu ambiente. E a *mediança* é *trajetiva* porque conjuga os fatores subjetivos e os fatores objetivos ao longo do tempo como uma interlocução entre o sujeito e o ambiente e vice-versa. A troca se dá entre o corpo, as pessoas e o ambiente e esse processo se revela na paisagem, como paisagem, em diferentes momentos e por distintas civilizações que Berque atribui critérios para considerá-las paisagísticas ou não. Esses critérios específicos correspondem a: “1. uso de uma ou mais palavras para dizer “paisagem”; 2. uma literatura (oral ou escrita) descrevendo paisagens ou cantando sua beleza; 3. representações pictóricas de paisagens; 4. jardins para deleitar-se”. (BERQUE, 1994, p.33 apud BARTALINI, 2013, p. 31-42).

Tais critérios caracterizados como expressões artísticas na linguagem literária, na pictórica e na arquitetônica paisagística, com a criação de jardins de deleite, servem assim para avaliar o nível de compreensão do pensamento paisagístico de cada indivíduo e da sociedade na qual ele se insere. Até porque algumas sociedades atendem a alguns, mas não a todos os critérios, o que varia o nível de aproximação à noção de paisagem ou do pensar a paisagem. Tais parâmetros revelam também tipos de representação de paisagem por meio da palavra, da imagem e da matéria viva que é o jardim, o que Alain Roger denomina de “artialização”, isto é, a transformação da simples “terra” ou da natureza em paisagem, seja *in situ* em forma de jardim ou *land art*, seja *in visu*, em forma de pintura, fotografia ou poesia (ROGER, 2011). Para Roger, é pela arte que se inicia a compreensão de paisagem tomando-se por base a natureza.

Expondo o pensamento dos teóricos referenciados, fica claro que o ponto de partida é a relação do homem com a natureza na qual se inserem a matéria viva vegetal, animal e mineral e as ações humanas. As representações de paisagem formuladas por Berque e por Roger conduzem a uma reflexão sobre a análise e a avaliação que se faz necessária de nossa realidade brasileira que ainda não tem incorporada a paisagem na legislação urbana como uma responsabilidade técnica. Esse fato está relacionado à questão do projeto de paisagem, que exige uma educação com base teórica e prática. E é notório que o debate internacional abrange não apenas a conservação e a gestão, mas também a concepção do projeto de paisagem referindo-se à intervenção direcionada à arquitetura da paisagem.

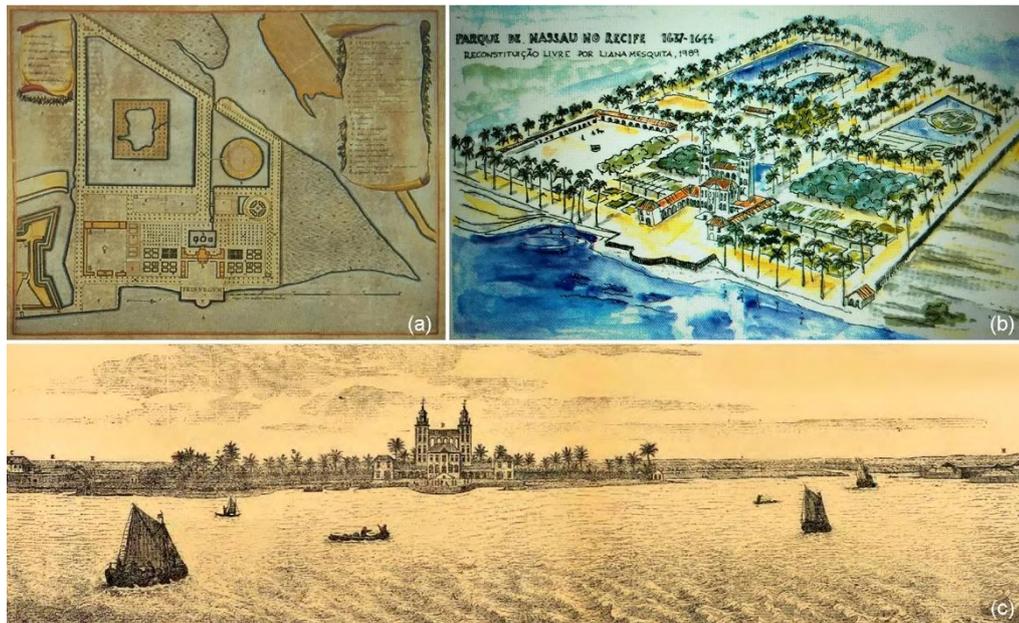
### **3 Paisagem e Patrimônio**

Berque afirma que a paisagem nem sempre existiu, pois muitos seres humanos não consideram seu ambiente como paisagem. É preciso o olhar e o pensamento paisagístico. Na medida em que prevalece um pensamento paisagístico quando a paisagem está

representada em diversos tipos de ações humanas, ela constitui um patrimônio da sociedade. Nos estudos de Berque, o sentido de paisagem nasceu na China, no século IV, expressa pela primeira vez no termo *shanshui* que significa “os montes e as águas”. Esse termo foi utilizado por poetas que expressaram a atitude dos mandarins de se retirarem para suas terras para contemplarem a natureza com um olhar de letrados e não de camponeses, diante de fatos políticos que geraram mudanças no regime interno das dinastias (BERQUE, 2012, p. 97-98). Tal atitude está voltada para o ato da contemplação muito mais do que para do cultivo propriamente dito.

Sob outra ótica, mais voltada para o sentimento artístico, na época do Renascimento – século XVII – se desenvolveu, na Europa, a expressão da paisagem na pintura, quando se aprimoraram as técnicas de representação com a descoberta da perspectiva, que proporcionou planos de visão do conjunto das coisas e o entendimento de paisagem passou a ser a paisagem “pintada”, segundo Cauquelin, ou seja, algo que está “a nossa frente”, mas que implica deslocamento (CAUQUELIN, 2007).

No Brasil holandês do século XVII, o pintor Frans Post integrante da comitiva de artistas do conde João Maurício de Nassau (1637-1644) registra as primeiras pinturas de paisagem como documento, quase todas elaboradas na Europa, às quais forneceram, por longo tempo, um testemunho da flora e da fauna brasileiras. Com o olhar holandês, Frans Post pinta a paisagem pernambucana que nasce com traços europeus de técnica estrangeira sugerindo tons escurecidos, folhagens delicadas e céu embranquecido. Entre essas expressões pictóricas de Post está o Jardim com o Palácio de Friburgo, apresentado em planta baixa, em perspectiva e em fachada (Figura 1). O jardim do palácio era um tipo de jardim botânico, com plantas ornamentais e comestíveis distribuídas em um traçado renascentista detalhado por Post. De acordo com Silva (2011, p. 115), Post inventa a paisagem brasileira quase ao mesmo tempo que os europeus inventam a pintura de paisagem e a palavra paisagem, entendida como unidade de ocupação humana.



**Figura 1:** Planta baixa do Parque de Friburgo (a), perspectiva do Palácio e Parque de Friburgo por Liana Mesquita (b) e gravura do Palácio e Parque de Friburgo, de Gaspar Barleus em 1647, baseado no desenho de Frans Post (c).

**Fontes:** REIS FILHO, 2000 (a), MESQUITA, 1998 (b) e VERAS, 2017 (c).

Os jardins botânicos foram, no Brasil, as primeiras expressões de jardins de recreio criados por ordem régia de 1798, com fins econômicos, científicos e utilitários, e alguns deles estão protegidos como patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em paralelo, foram construídos os passeios públicos como espaços de convívio social. Está destacado no decreto de criação do IPHAN, lei nº 25, de 1937, que será prevista a proteção e a conservação das paisagens juntamente com os monumentos e sítios de feições notáveis que sejam dotados pela natureza ou pela intervenção humana. Apesar da histórica iniciativa, a noção brasileira de paisagem esteve sempre direcionada às grandes áreas com predominância de recursos naturais, tais como parques nacionais e reservas ecológicas, classificadas como patrimônio natural.

Na década de 1930, a vinda do artista Roberto Burle Marx para recuperar e criar jardins no Recife, recomendado pelo arquiteto Lúcio Costa ao interventor do governo de Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti, sedimenta um novo pensamento paisagístico e renova a intenção cultural e histórica dos jardins como expressão paisagística. O jardim moderno por ele idealizado, ou seja, com um novo conceito que começa com a utilização e divulgação da flora brasileira, nasce como “obra de arte” e “natureza organizada”, no qual a planta é o elemento inspirador, tal como está registrado na Carta dos Jardins Históricos ou Carta de Florença, elaborada em 1981. São jardins temáticos com fundamento científico – histórico, artístico, ecológico e botânico –, instruindo sobre as macropaisagens brasileiras que o paisagista investiga por meio de expedições científicas pelo interior do país ao lado de

botânicos, se firmando como pesquisador da flora brasileira, informando as suas descobertas e pintando paisagens no seu ofício, também, de artista pintor. Nesse momento, o seu olhar integra o jardim e a paisagem num pensamento único. A experiência paisagística que inicia se estende posteriormente por várias cidades brasileiras e outros países, divulgando a flora tropical, e o jardim moderno passa a ter uma referência brasileira concreta e cultural. E apesar de sua luta para preservar as macropaisagens e de seu pioneirismo na utilização paisagística nativa como arte, suas ideias não tiveram o devido reconhecimento pelas instituições de proteção ao patrimônio e da academia (Figura 2).



Figura 2: Depoimento e desenhos de Burle Marx em reportagem para o Diário da Tarde. Fonte: Diário da Tarde, 14 de março de 1935.

Caminhando no mesmo sentido e com o mesmo empenho do paisagista Burle Marx em defender a natureza e a proteção das macropaisagens brasileiras, na escala internacional, a “Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios” de 1972 é elaborada pela UNESCO, quando destaca que a beleza e o caráter das paisagens de interesse cultural e estético devem ser preservados. Mas, só em 1992, o Guia Operacional da Convenção do Patrimônio Mundial instituiu a “paisagem cultural como categoria de patrimônio da humanidade”, em que exalta algumas paisagens de valor excepcional universal pela essência quanto aos aspectos naturais e culturais, e que devem estar classificadas em três tipos: (1) paisagem intencionalmente concebida e criada pelo homem, como os jardins; (2) paisagem que evoluiu organicamente – paisagem relíquia ou fóssil e paisagem contínua – que mantém ao longo do tempo um papel social; e (3) paisagem associativa, relacionando tradição religiosa, artística ou cultural e elemento natural (RIBEIRO, 2007). O jardim, portanto, constitui um tipo de paisagem cultural, aquela concebida e criada pelo homem.

Três anos depois, a Recomendação n. R (95) 9, sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, elaborada pelo Conselho da Europa e o Comitê de Ministros em setembro de 1995, estimula a formulação de políticas de proteção acrescentando ao conteúdo o valor imaterial, com base na percepção do indivíduo e da comunidade, na relação com o meio ambiente e nas práticas, crenças e tradições (CURY, 2000). Quanto à conservação introduz-se a estratégia da unidade de paisagem como um meio de realização de estudo detalhado dos atributos naturais e culturais, incluindo a história. Ressalta-se que a estratégia da unidade de paisagem traz uma nova compreensão do bem patrimonial, abarcando a condição da percepção, mais precisamente das visuais paisagísticas, para proporcionar certa transição da área de preservação rigorosa para a de preservação ambiental.

Uma vez criado pela UNESCO, o instrumento de paisagem cultural está direcionado para aquelas paisagens de valor excepcional universal. Outra visão de paisagem protegida é concebida pela Convenção Europeia da Paisagem que, no ano 2000, aprova princípios mais abrangentes que incluem não só as paisagens notáveis, mas também as ordinárias da vida cotidiana e as degradadas (RIBEIRO, 2007). Segundo Maderuelo (2010), pesou para isso a compreensão mais ampla de centro histórico de Gustavo Giovannoni, da década de 1930, agregando valor à arquitetura popular e vernácula, considerando o entorno dos monumentos como parte da estrutura que relaciona espaços e volumes. Desse modo, a compreensão de paisagem do cotidiano como patrimônio, algo que tem um significado cultural para a população, subentende uma relação subjetiva/simbólica e objetiva/qualidade arquitetônica.

A Convenção trata de definições e de medidas gerais e específicas relativas às políticas de paisagem e, entre as específicas, está a sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas para o valor da paisagem e a formação de especialistas nos domínios do conhecimento e da intervenção na paisagem (CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, 2000). Também em 2008, publica-se o texto “Nós somos a paisagem” que transmite uma forma acessível de se entender a paisagem, baseada no cotidiano, no dia a dia, retirando exemplos para uma assimilação de que paisagem é o que sentimos diante do mundo e que temos necessidade da paisagem como um alimento para o espírito. Com esse documento, foi possível se perceber que a UNISCAPE, rede de universidades, desde o ano 2000, integra o propósito da Convenção Europeia da Paisagem e renova seu objetivo de conscientizar, tarefa que vem se desenvolvendo ao longo dos anos. Esse documento de 2008 tem caráter didático e linguagem acessível, com exemplos claros que incentivam o leitor a viver as experiências sugeridas e constatar o que foi lido.

O reconhecimento da UNESCO de patrimônio da humanidade à paisagem cultural carioca “Rio de Janeiro – Paisagens cariocas entre a montanha e o mar”, em 2012, não parece ter convergido no mesmo sentido, uma vez que foram identificadas unidades de paisagens de valor especial, incorporando quatro setores: (1) Setores Floresta da Tijuca, Pretos Forros e Covanca do Parque Nacional da Tijuca; (2) Setor Pedra Bonita e Pedra da Gávea do Parque Nacional da Tijuca; (3) Setor Serra da Carioca do Parque Nacional da Tijuca e Jardim Botânico do Rio de Janeiro e (4) Entrada da Baía de Guanabara e suas bordas d’água desenhadas: Passeio Público, Parque do Flamengo, Fortes Históricos de Niterói e Rio, Pão de Açúcar e Praia de Copacabana (IPHAN, 2012). Dessa maneira, ficaram excluídas algumas “paisagens ordinárias” que também são cariocas e, culturalmente, identificam esta cidade. Concorreu com grande magnitude para essa escolha, os projetos do paisagista Roberto Burle Marx, sobretudo o Parque do Flamengo que emoldura a paisagem do Rio de Janeiro.

No mesmo propósito, o jardim, por sua linguagem direta comunicada pela planta (vegetação), é um meio de instruir o olhar e o pensamento paisagístico. Os estudos para a restauração de alguns jardins de Burle Marx da década de 1930 são iniciados no ano 2003, no Recife, tendo como fundamento a Carta de Florença ou dos Jardins Históricos, elaborada na cidade de Florença em 1981, assim como os depoimentos consistentes do paisagista nos jornais locais e a identificação e interpretação de fotos antigas, além de entrevistas com técnicos, intelectuais e moradores do local. Foram selecionadas, inicialmente, três praças: a Praça Faria Neves, a Praça do Derby e a Praça Euclides da Cunha. Nas Praça Faria Neves e do Derby, caracterizadas pela presença da vegetação regional da mata atlântica, a restauração aconteceu em 2006 e 2008, respectivamente. A Praça Euclides da Cunha, cujo tema são as plantas do ecossistema da caatinga, foi a pioneira no processo de restauração (2004). Posteriormente, houve a intervenção na Praça Salgado Filho (2013) e finalmente na Praça de Casa Forte, iniciada em 2010 e concluída em 2014, realizando-se a restauração da vegetação dos lagos de plantas de ecossistemas brasileiros e exóticas. O empenho do governo local em conduzir a conservação dos jardins foi um passo para a educação do olhar dirigido à preservação do patrimônio, inclusive para os técnicos que trabalham cotidianamente na manutenção desses jardins.

Na perspectiva de compreender episódios marcantes que contribuíram para o debate sobre paisagem e jardim em nível nacional, salientamos o “I Colóquio Internacional de História da Arte – Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar”<sup>2</sup> –, realizado em São Paulo no ano de 1997, quando se introduz a visão multidisciplinar do objeto paisagem sob a forma de imagem – pintura, literatura, fotografia – e de jardim, contando com a presença de Augustin Berque e Alain Roger. A partir de 2005, o IPHAN

apresenta produção significativa voltada para o jardim e a paisagem, com o “Manual de Intervenção em Jardins Históricos”, do arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim (2005) e o estudo do geógrafo Rafael Winter Ribeiro, “Paisagem Cultural e Patrimônio” (2007).

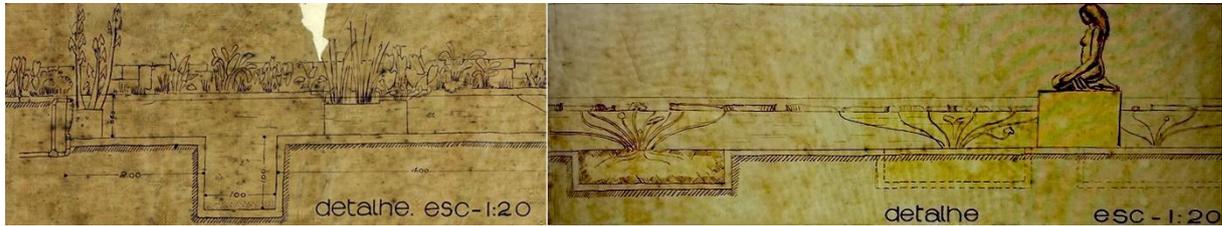
Aprofundando a discussão e atrelando a categoria de patrimônio, acontece, nesse mesmo ano, o “III Seminário de Paisagismo Sul-americano de Paisagens Culturais”, realizado no Rio de Janeiro. E, em 2010, uma iniciativa da Universidade Federal de Minas Gerais alimenta o debate nacional e internacional com o “Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto” que vem ocorrendo bianualmente. Por outro lado, a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) se empenhou em elaborar a “Carta Brasileira da Paisagem”, de 2010, contando com o apoio da representação sul-americana da Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA). A Carta almeja a proteção, a conservação e a gestão da paisagem brasileira, concebendo 12 princípios que contemplam o reconhecimento dos ecossistemas, tais como o direito à paisagem, a relação sustentável da população com a paisagem, a chancela da paisagem cultural brasileira, a proteção dos jardins históricos, entre outros; mas a abordagem é ampla e não contempla as especificidades.

#### **4 Jardim e Patrimônio**

Nossas primeiras expressões de jardim têm caráter privado e começam no século XVII, no período da colonização holandesa, quando foi implantado o Parque de Friburgo (cf. Figura 1) pelo Conde João Maurício de Nassau, que continha alamedas de coqueiros, pomares e recinto de animais, etc., localizado na Ilha de Antonio Vaz, antiga denominação da ilha que abriga os bairros do centro da cidade, Santo Antonio e São José (MESQUITA, 1998). Outra referência, segundo Gilberto Freyre e Saint-Hilaire, citados por Aragão (2008, p.46), é o jardim da casa grande de engenho com hortas e pomares, além de palmeiras e plantas exóticas aclimatadas.

No final do século XVIII são criados os jardins botânicos com a finalidade de fornecer conhecimento sobre as possibilidades econômicas da flora local, ainda com funções científicas bem específicas. Por essa época começam a surgir os jardins públicos, segundo o modelo europeu. Somente na década de 1930, com o jardim moderno criado pelo artista Roberto Burle Marx é cristalizado o jardim “brasileiro” de plantas nativas. Esse jardim passa a ter fundamento científico, pois está associado à pesquisa botânica, aos princípios de composição artística, à compreensão das macropaisagens e à necessidade de alimentar o espírito, ou seja, como patrimônio material e imaterial. Preocupado com a conservação, Burle Marx elabora desenhos detalhados mostrando a vegetação utilizada e a instalação

hidráulica do jardim para instruir o jardineiro que é ressaltado como um profissional de relevância (Figura 3).



**Figura 3:** Detalhe da instalação hidráulica dos lagos do Jardim de Casa Forte, 1935.

**Fonte:** Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Assim, o jardim se apresenta com função educativa de informar sobre a diversidade da flora brasileira e é pensado como um jardim conceitual, uma unidade paisagística, plástica e arquitetônica. Burle Marx vincula a necessidade estética da paisagem para a vida humana “[...] sem o que a própria civilização perderia sua razão ética.” (TABACOW, 2004, p. 24). Para Caldeira Cabral, criador da arquitetura paisagística em Portugal, a unidade é um princípio de composição da paisagem como arte na intenção de integração com a paisagem circundante (CABRAL, 2003, p. 27).

Os princípios do jardim concebido por Burle Marx têm grande aproximação com o conteúdo da Carta de Florença que afirma: “[...] um jardim de interesse histórico é aquele que apresenta aspectos da história da arte das paisagens e dos jardins de um determinado local ou cidade com ênfase nas espécies vegetais e que podem ser exemplos do trabalho de um paisagista em particular que valorize um estilo de projetar.” (CURY, 2000). Nessa Carta, a vegetação é considerada o principal elemento da composição do jardim histórico que o caracteriza como monumento vivo. O jardim histórico detém um conjunto de atributos que lhe concede um caráter peculiar relacionando tempo, memória e saber e que definirá os valores do jardim.

É, portanto, uma categoria de paisagem cultural classificada pela UNESCO, referindo-se às paisagens projetadas e criadas intencionalmente pelo homem que são jardins e parques construídos por razões estéticas.

A conservação de um jardim como um bem cultural pressupõe um estudo da história por meio de documentos e iconografias para investigar as razões pelas quais foi concebido, assim como os fundamentos formais e funcionais de sua construção e de suas transformações. Sendo assim, devem ser levados em conta os contextos: territorial, natural e antrópico, indicando as relações existentes de caráter ecológico entre os componentes arquitetônicos e os componentes naturais. Portanto, exige disposições teórico-metodológicas de intervenção que começam com a ação de inventariar. Um inventário é um

instrumento pedagógico de investigação sobre a “arqueologia” dos jardins do ponto de vista de suas características históricas, artísticas e ecológicas. Arqueologia entendida como investigação profunda das diversas camadas de formação que compõem o jardim.

Tais considerações se adequam de forma íntegra ao conjunto dos seis jardins<sup>3</sup> criados pelo paisagista Roberto Burle Marx, no Recife, entre 1935 e 1958, que foram tombados como jardins históricos/patrimônio nacional e homologados segundo a Portaria nº 84 do IPHAN, de 9 de setembro de 2015, sendo inscritos nos três livros do Tombo do IPHAN em 2016. A ação da restauração exigia a elaboração do inventário do jardim, o que foi iniciado em 2003 e continuado até 2011, entre verificações e complementações, porque exigiu a localização do projeto original do paisagista e das listas de vegetação ao longo do tempo.



**Figuras 4:** Praça de Casa Forte, 2015.  
**Fonte:** Acervo Laboratório da Paisagem, UFPE.



**Figura 5:** Praça Euclides da Cunha, 2013.  
**Fonte:** Acervo Laboratório da Paisagem, UFPE.

O inventário dos jardins históricos de Burle Marx foi elaborado pelo Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco, atendendo às exigências da Carta de Florença e foi encaminhado ao IPHAN para apoiar o processo de tombamento. Com o inventário foi possível se perceber a complexidade de um monumento vivo, pela análise botânica que revela as associações das espécies vegetais, levando em conta a história da vegetação, o clima, o tempo de floração e a interação da fauna, e a especificidade de cada um em particular, assim como a visão de conjunto.

Por sua vez, a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros de 2010, produzida no I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos, organizado pelo IPHAN, Fundação Museu Mariano Procópio e Fundação Casa de Rui Barbosa, em Juiz de Fora, no ano de 2010, salienta também a compreensão do jardim como sistema e ‘unidade básica’ que reúne componentes e articulações tomando por base um pensamento. Mostra os fatores de degradação e destaca, nas recomendações, a necessidade de capacitação de mão de obra em todos os níveis, a necessidade de uma sementeira com as plantas do inventário, a visibilidade do conjunto, a educação patrimonial e o reconhecimento da importância e singularidade do ofício do jardineiro para garantir a manutenção da vegetação e perpetuação do verde histórico.

Para a proteção desse jardim histórico do Recife, fez-se necessário delimitar o polígono de preservação rigorosa e o de proteção ambiental que levou em conta várias

limitações estabelecidas pela legislação urbana, inclusive gabarito de edifícios cuja altura pode vir a prejudicar o crescimento da vegetação. O polígono de preservação rigorosa compreende o jardim propriamente dito, e o polígono de proteção ambiental, a unidade paisagística – jardim e entorno imediato –, então definida pelo IPHAN, pela Prefeitura do Recife e pela Universidade Federal de Pernambuco, baseada em restrições em termos de ocupação urbana. A restauração dos cinco jardins públicos de Burle Marx resultou de um trabalho conjunto entre a Prefeitura do Recife e o Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco. Por conta desse processo de tombamento, a Prefeitura do Recife<sup>4</sup> incluiu recentemente no Sistema Municipal de Unidades Protegidas a categoria “jardim histórico”, reconhecendo 15 jardins que tiveram intervenção de Burle Marx (Lei nº 18.014/2014). Com isso, serão enquadrados nesse Sistema, esses jardins que deverão ter área de entorno garantida com gabarito que não interfira na contemplação. É mais uma ação que se incorpora à atitude em defesa da preservação. Admite-se que a prática da conservação dos jardins tem servido de instrumento para a educação do olhar e construção do pensamento paisagístico, ainda que este seja um processo lento de educação patrimonial que exige mudanças de atitude entre as instituições responsáveis pela conservação desses jardins.

## **5 Uma educação do olhar**

A paisagem visível de um jardim, após a restauração, agrega valores irradiando uma natureza ordenada, como dizia Burle Marx. Por isso, um conjunto representativo como o do Recife, é capaz de conduzir repercussões positivas e qualitativas. O novo currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, implantado em 2010, foi uma delas. O ensino de paisagismo, que se resumia a dois semestres, hoje faz parte da estrutura pedagógica em oito dos dez semestres, exigindo novas conexões no processo de concepção com ênfase nas relações com a paisagem urbana. Presume-se que a experiência de jardins restaurados influenciou os educadores responsáveis pela reforma pedagógica que, segundo Roger, consiste na paisagem *in situ*, um estado de ordenamento que demonstra uma conservação da paisagem ou da natureza em paisagem, estabelecida com o jardim.

Nesse contexto, supõe-se que, pela observação, seja possível constatar um certo ordenamento na paisagem dos jardins que almeja a conservação e isso atua na educação do olhar como uma resposta para equilibrar as digressões na paisagem diante das mudanças no planeta, como nos referimos na introdução deste artigo. As mudanças no planeta também resultam do acelerado nível de urbanização, que incide no modo de viver

das pessoas e requer aperfeiçoamento do aparato institucional. E a experiência vivida no Recife em virtude da restauração de um patrimônio urbano, que são os jardins de Burle Marx, consolidou um **processo** que não só se incorporou à prática cotidiana da conservação entre as tarefas das instituições públicas responsáveis por esses jardins, ainda que com falhas, como se solidificou pela densidade de conteúdo que consegue abarcar os outros subtemas da paisagem: **epistemologia, arte, história, ciência e governança**. Não por acaso, desde 2009, ano em que Burle Marx completaria 100 anos, foi instituído pela Prefeitura do Recife o denominado “Comitê Burle Marx”, que reúne, há nove anos, técnicos de diferentes instituições públicas e privadas, interessados na conservação desse patrimônio e por manter viva a memória e o legado do paisagista, em comemorações anuais festejadas no mês de agosto.

A experiência de restauração recupera um pensamento paisagístico que é refletido em um novo momento como memória e estimula o olhar dos técnicos e da população. Ou seja, o jardim pode ser considerado um meio de assimilar e entender paisagem, o que significa um caminho para instruir o olhar e sedimentar o pensamento paisagístico. O reconhecimento desses jardins em nível nacional e local é uma atitude que já demonstra mudança na apropriação do jardim e da paisagem como patrimônio. Isso consolida as considerações de Berque com relação ao jardim de recreio como representação de paisagem e da Convenção do Patrimônio da UNESCO, incluindo o jardim como paisagem intencionalmente criada pelo homem.

### **Agradecimentos**

À equipe do Laboratório da Paisagem da UFPE, em especial, à Profa. Lúcia Veras, ao biólogo Joelmir Marques da Silva, às estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, Carla Ferraz e Marília Lucena, e também ao CNPq.

**Recebido em: 26/04/2018**

**Aprovado em: 09/05/2018**

### **NOTAS**

---

1 O trabalho apresentado foi publicado como capítulo de livro do evento com as seguintes referências: SÁ CARNEIRO, Ana Rita; VERAS, Lúcia M. S. C.; SILVA, Joelmir M da; DUARTE, Mirela. Landscape and Gardens in the Architecture and Urbanism Curriculum in Recife, Brazil. In: NEWMAN, Conor.; NUSSAUME, Yann; PEDROLI, Bas. (Org.). Landscape & Imagination: Towards a new baseline for education in a changing world. Conference, Paris 2-4 May 2013. 1ed. Pisa: Bandecchi & Vivaldi Editori, Pondera., 2013, v. 1, p. 485-490.

2 O I Colóquio Internacional de História da Arte denominado 'Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar' coordenado pela Profa. Heliana Angotti (publicado em 2000) traz Augustin Berque e Alain Roger como palestrantes e o 3º Seminário de Paisagem Sul-americana coordenado pelos professores Carlos Terra e Rubens Andrade amplia o debate da paisagem na interlocução com a arte, a história, a sociologia e a biologia.

3 Os jardins de Burle Marx, no Recife, tombados em 2015, são: Praça de Casa Forte (1935), Praça Euclides da Cunha (1935), Praça do Derby (1937), Praça da República e Jardim do Palácio do Campo das Princesas (1937), Praça Faria Neves (1958) e Praça Salgado Filho (1957).

4 Em 2009 houve a publicação da Cartilha "Os jardins de Burle Marx no Recife", numa parceria com o Laboratório da Paisagem da UFPE e a criação da Semana Burle Marx pela Lei Ordinária nº 17.571.

## FONTES

DIARIO DA TARDE. *Jardins e Parques do Recife*: Roberto Burle Marx para o Diario da Tarde. Recife, 14 de março de 1935.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Solange de. *Ensaio sobre o jardim*. São Paulo: Global, 2008.

BERLEANT, Arnold. Estética e ambiente. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p. 378-394.

BERQUE, Augustin. Das águas da montanha à paisagem. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia e arquitectura da paisagem*. Um Manual. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p.95-103.

CABRAL, Francisco Caldeira. *Fundamentos da arquitectura paisagista*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza, 2003.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Fontes, 2007.

CARTA DOS JARDINS HISTÓRICOS BRASILEIROS. Juiz de Fora: I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos, Museu Mariano Procópio, 2010.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. *We are the landscape*. Florence: Giunti Progetti Educativi, 2008.

CONVENÇÃO Europeia da Paisagem. Decreto nº 4/2005. Florence, 2005.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

MADERUELO, Javier (Org.). *Paisaje y patrimonio*. Madrid: Abada Editores, 2010.

MESQUITA, Liana de Barros. Memórias dos verdes urbanos. In: PREFEITURA DO RECIFE. *Cadernos do Meio Ambiente*. v.1, n.1, 1998, p. 7-54.

PREFEITURA DO RECIFE. *Jardins Históricos de Burle Marx no Recife*. Lei nº 29.537/2016.

RECOMENDAÇÃO n. R (95) 9 (1995). In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p.329-345.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Paisagens cariocas entre a montanha e o mar*. Rio de Janeiro: Comitê de Técnico da Candidatura do Rio a Patrimônio Mundial, IPHAN, 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: USP Imprensa Oficial, 2000.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROGER, Alain. Natureza e cultura. A dupla artialização. In: Serrão, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p.153-166.

SANTOS, Sebastião Ferreira de Almeida Santos. Projecto de paisagem. Uma oportunidade na realidade contemporânea. In: Serrão, Adriana Veríssimo. *Filosofia e arquitectura da paisagem*. Um manual. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p.303-313.

SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). A paisagem como problema da filosofia. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p.13-35.

SILVA, Maria Angélica. A conquista pela visão: mapas e pinturas In: SILVA, Maria Angélica; CONSOLINI, Barbara. *O Olhar holandês e o Novo Mundo*. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 527-539.

SIMMEL, Georg. Filosofia da paisagem. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia e arquitectura da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p.42-51. (2011).

TABACOW, José. *Roberto Burle Marx: arte e paisagem*. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

VERAS, Lúcia. Primeira Porta: *A invenção da cidade como paisagem*. In: VERAZ, Lúcia et al. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo: Cidade-Paisagem*. João Pessoa: Patmos Editora, 2017, p. 16-33.